

Critérios a Classificar	Valor	Pontuação máxima	Classificação	
			Ponderação	Pontuação atribuída
>12 meses ≤ 18 meses — 7 valores; >18 meses ≤ 24 meses — 8 valores; >24 meses ≤ 30 meses — 9 valores; >30 meses ≤ 36 meses — 10 valores;				<i>Total:</i>
4— Formação Profissional (FP) ..... 4.1 Sem participação como Formador ..... 4.2 — Com participação como Formador ..... Ao valor indicado no 4.1 acresce, por cada Acção de Formação: ≤ 7h — 2 valores > 7h ≤ 14h — 4 valores > 14h ≤ 21h — 6 valores > 21h ≤ 28h — 8 valores (até ao limite máximo de 8 valores) 4.3 — Sem participação como Formando ..... 4.4 — Com participação como Formando ..... Ao valor indicado no 4.3 acresce, por cada Acção de Formação: ≤ 7h — 2 valores > 7h ≤ 14h — 4 valores > 14h ≤ 21h — 6 valores > 21h ≤ 28h — 8 valores (até ao limite máximo de 8 valores)	2 10       2 6	20	3	<i>Total:</i>
5— Apresentação Curricular (AC) ..... 5.1 — Forma ..... Elaborado a 1,5 espaços, com letra 11/12 e até o limite de 10 páginas (Penalização de 2 valore, se item não cumprido) 5.2 — <i>Curriculum</i> com ordem sequencial: Introdução — 1 valores ..... Desenvolvimento — 6 valores ..... Análise Crítica — 3 valores .....	10       10	20	1	<i>Total:</i>

203553465

**Aviso n.º 15674/2010**

**Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 7 postos de trabalho destinados a enfermeiros, no âmbito regional ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VIII — Sintra-Mafra.**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 7 postos de trabalho para a categoria de enfermeiro da carreira de enfermagem, na modalidade relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VIII — Sintra-Mafra.

1 — Descrição sumária das funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar e perfil de competências

1.1 — Descrição sumária das funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar:

a) Prestar cuidados de enfermagem personalizados ao indivíduo, e família, no âmbito da intervenção da equipa nuclear de família, designadamente: Identificar, planear e avaliar os cuidados de enfermagem e efectuar os respectivos registos, bem como participar nas actividades de planeamento e programação do trabalho de equipa a executar na respectiva Unidade Funcional; Realizar intervenções de enfermagem requeridas pelo indivíduo, família, comunidade, no âmbito da promoção da saúde, da prevenção da doença, do tratamento, da reabilitação e da adaptação funcional; Recolher, registar e efectuar tratamento e análise de informação relativa ao exercício das suas funções, incluindo aquela

que seja relevante para os sistemas de informação institucionais na área da saúde.

b) Colaborar no processo de desenvolvimento de competências de estudantes de enfermagem, e de enfermeiros em contexto académico ou profissional;

c) Identificar as necessidades logísticas e promover a melhor utilização dos recursos, adequando-os aos cuidados de enfermagem a prestar;

d) Contribuir para o diagnóstico da saúde na comunidade;

e) Promover, organizar e participar na formação técnica externa, designadamente nas áreas de apoio domiciliário e familiar, bem como no voluntariado;

f) Participar nas actividades inerentes à rede social, na vigilância da saúde e acompanhamento social das famílias com deficientes recursos socioeconómicos;

g) Integrar projectos de intervenção domiciliária com indivíduos dependentes e famílias/cuidadores, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, como sejam: cuidados de natureza preventiva, curativa, reabilitadora e acções paliativas; Cuidados de reabilitação física; Apoio bio-psico-social envolvendo os familiares e outros prestadores de cuidados; Educação para a saúde dos utentes, familiares e cuidadores informais; Coordenação e gestão de casos com outros recursos da saúde e sociais; Produção e tratamento de informação nos suportes de registo preconizados no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e das Unidades Funcionais do ACES VIII.

1.2 — Perfil de competências: Experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de cuidados de saúde primários, no mínimo de 2 anos, que tenha permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com actividades desenvolvidas numa perspectiva articulada e multidisciplinar, nomeadamente em contexto de Unidades de Saúde Familiares ou Unidades de Cuidados na Comunidade.

2 — Índice remuneratório

De acordo com o cabimento orçamental autorizado, o vencimento é de €1020,06 (mil e vinte euros e seis cêntimos), que corresponde,

actualmente, à remuneração prevista para ingresso na categoria de enfermeiro.

### 3 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VIII — Sintra-Mafra.

### 4 — Condições de trabalho

As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas.

### 5 — Legislação aplicável

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, pelos artigos 18.º a 57.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, este último rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 23-B/99, de 31 de Dezembro, pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho e do Código do Procedimento Administrativo.

### 6 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável.

### 7 — Requisitos de admissão

7.1 — São requisitos gerais de admissão a concurso, definidos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — São requisitos especiais os referidos na alínea a), do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro:

- a) Posse do título profissional de enfermeiro;
- b) Detenção de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

7.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

### 8 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso, e para os que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS LVT, I. P., no prazo de 2 anos, contados da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

### 9 — Formalização das candidaturas

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VIII — Sintra-Mafra, sito na Serviço de Recepção, sito na Avenida Dr. Miguel Bombarda, 27, 3.º - 2710-590 Sintra, no período compreendido entre as 9.00horas e as 12.00horas ou 14.00horas e as 16.30horas, ou remetido pelo correio, para a mesma morada com aviso de recepção.

8.2 — A candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

- a) Cópia dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão; NIF)
- b) Cédula Profissional da Ordem dos Enfermeiros válida, com a aposição de vinheta anual ou documento substitutivo que ateste a validade da inscrição na Ordem dos Enfermeiros;

c) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida;

d) Documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração;

f) Declaração passada pelo órgão ou serviço onde exerce funções, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que o candidato seja titular e actividade que executa, bem como experiência profissional;

g) Outros documentos, considerados relevantes para análise da candidatura, que tenham mencionado no requerimento de candidatura, e não identificados no presente aviso.

9.3 — A apresentação dos documentos comprovativos das situações previstas nas alíneas b) a d) do n.º 7.1 do presente aviso é dispensada nesta fase, desde que o candidato declare, no requerimento de admissão ao concurso, sobre compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

9.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9.5 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

### 10 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Beatriz Veiga Santos — Enfermeira Chefe, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VIII — Sintra-Mafra;

1.º Vogal: Paulo Jorge Marques Victorino — Enfermeiro Especialista, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VIII — Sintra-Mafra;

2.º Vogal: Ana Margarida Calhandro Brás de Pina — Enfermeira Especialista, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VIII — Sintra-Mafra;

1.º Vogal Suplente: — Maria de Fátima Canoa Nunes Baião — Enfermeira Especialista, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VIII — Sintra-Mafra;

2.º Vogal Suplente: Maria Manuela Gonçalves de Azevedo — Enfermeira Graduada, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VIII — Sintra-Mafra

### 11 — Métodos de Selecção

11.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular, nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, e com o artigo 21.º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

A avaliação curricular visa avaliar a qualificação profissional dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e outros elementos considerados relevantes.

11.2 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média ponderada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(2 \times HA) + (3 \times NCE) + (7 \times EP) + (3 \times FP) + (3 \times OECR) + (2 \times AC)}{20}$$

em que:

CF — Classificação Final

HA — Habilitações Académicas

NCE — Nota final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou equivalente legal

EP — Experiência Profissional

FP — Formação Profissional

OECR — Outros elementos considerados relevantes, relacionado com a área de trabalho a que se candidata

AC — Apresentação Curricular

11.3 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11.4 — Considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

11.5 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República*,

de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 33.º e no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e afixadas na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., na Avenida Estados Unidos da América n.º 75 — 1749-096 Lisboa.

#### 12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando

escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

#### 13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extracto, em jornal de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e no portal da internet desta Administração Regional de Saúde, ([www.arslvt.min-saude.pt](http://www.arslvt.min-saude.pt)).

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*

### ANEXO

#### Grelha de avaliação curricular

Critérios a Classificar	Valor	Pontuação máxima	Classificação	
			Ponderação	Pontuação atribuída
1 — Habilitações Académicas (HA) . . . . .		20	2	
Bacharelato . . . . .	15			
Licenciatura . . . . .	17			
Mestrado em área de Enfermagem . . . . .	18			
Doutoramento . . . . .	19			
Pós — Graduação — 1 ponto a somar aos já obtidos, independentemente do n.º de pós graduações	1			Total:
2 — Nota Final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou equivalente legal (NCE) . . . . .		20	3	Total:
3 — Experiência Profissional (EP) . . . . .		20	7	
3.1 — Experiência profissional noutras Instituições . . . . .	2			
3.2 — Experiência profissional em Cuidados de Saúde Primários . . . . .				
3.3 — Experiência profissional no ACES VIII Sintra — Mafra . . . . .	3			
≥ 2 anos e < 3 anos — 8 pontos . . . . .	15			
≥ 3 anos e < 4 anos — 10 pontos . . . . .				
≥ 4 anos e < 5 anos — 12 pontos . . . . .				
≥ 5 anos — 15 pontos . . . . .				Total:
4 — Formação Permanente (FP) . . . . .		20	3	
4.1 — Frequência de acções de Formação com duração até 7 h — 0,5 ponto por cada actividade até ao máximo de 3 pontos . . . . .	3			
4.2 — Frequência de acções de Formação com duração de 7 h a 21 h — 1 ponto por cada actividade até ao máximo de 4 pontos . . . . .	4			
4.3 — Frequência de acções de Formação com duração com mais de 21 h — 1 ponto por cada actividade até ao máximo de 5 pontos . . . . .	5			
4.4 — Participação em Jornadas, Simpósios e outros: como prelector/membro da organização/apresentação de poster, 1 ponto por cada actividade, até ao máximo de 4 pontos . . . . .	4			
4.5 — Artigos/trabalhos escritos, de âmbito científico, publicados, individuais, 1 ponto por cada, até ao máximo de 4 pontos . . . . .	4			Total:
5 — Outros Elementos Considerados Relevantes (OECR) . . . . .		20	3	
5.1 — Exercício de funções, de actividades inerentes a outros conteúdos funcionais por delegação, dentro da carreira de enfermagem . . . . .	2			
5.2 — Participação em grupos de trabalho, coordenações de equipas, comissões, dentro do ACES VIII. (2 pontos por cada, até ao máximo de 6 pontos) . . . . .	6			
5.3 — Participação em grupos de trabalho/parcerias e outros, fora da instituição. (1 ponto por cada, até ao máximo de 2 pontos) . . . . .	2			
5.4 — Participação como membro de Júri de concurso da Carreira de Enfermagem. (1 ponto) . . . . .	1			
5.5 — Implementação/ participação em projectos no ACES VIII. (1 ponto por cada, até ao máximo de 4 pontos) . . . . .	4			
5.6 — Outros Elementos considerados relevantes que demonstrem capacidade para assumir compromissos de acordo com os objectivos da instituição, receptividade à mudança, criatividade e empreendedorismo. (1 ponto por cada até ao máximo de 3 pontos) . . . . .	3			
5.7 — Projecto Profissional na área de interesse do ACES VIII — 2 pontos . . . . .	2			Total:
6 — Apresentação Curricular (AC) . . . . .		20	2	
6.1 — Apresentação de acordo com as normas escritas: Curriculum datado e assinado, dactilografado a 1,5 espaço, letra tamanho 12, tendo como limite máximo 15 páginas, devendo dele apenas constar os elementos que, de acordo com os critérios, serão objecto de apreciação pelo Júri; . . . . .	4			
6.2 — Descrição lógica das experiências profissionais e dos factos ocorridos; . . . . .	6			
6.3 — Correcta utilização de linguagem científica; . . . . .	4			
6.4 — Anexos correctamente referenciados no texto. . . . .	6			
Os candidatos serão penalizados em 1 ponto por cada página a mais. Apenas serão contabilizadas as actividades devidamente comprovadas em anexo.				Total: